

CELEBRANDO OS JOGOS, A MEMÓRIA E A IDENTIDADE é uma obra interdisciplinar sobre a XI Edição dos Jogos dos Povos Indígenas, realizada no município de Porto Nacional, Tocantins, em 2011. O livro se propõe a registrar e analisar informações referentes à memória deste evento, busca identificar e compreender os principais legados do protagonismo indígena. Aponta rumos para a elaboração de políticas públicas de esporte e lazer para indígenas no Brasil. A metodologia do livro seguiu os seguintes critérios: processos históricos e significados dos jogos, pesquisas e legados, e desdobramentos sócio-antropológicos. Os autores são pesquisadores especialistas que participaram na organização do evento, no trabalho de campo e na análise das informações. O conjunto dos artigos traz benefício teórico aos leitores por elucidar o construto do evento na lógica interna e externa das práticas corporais, do fórum social e das redes de inter-relações, de forma a ampliar o conhecimento acerca desse universo pouco difundido. Todos os artigos estão publicados na Edição Eletrônica, indexada no "Repositório Vítor Marinho" - REDE CEDES, Ministério do Esporte.

Foto da capa: Fernando Amazônia



Ministério do Esporte



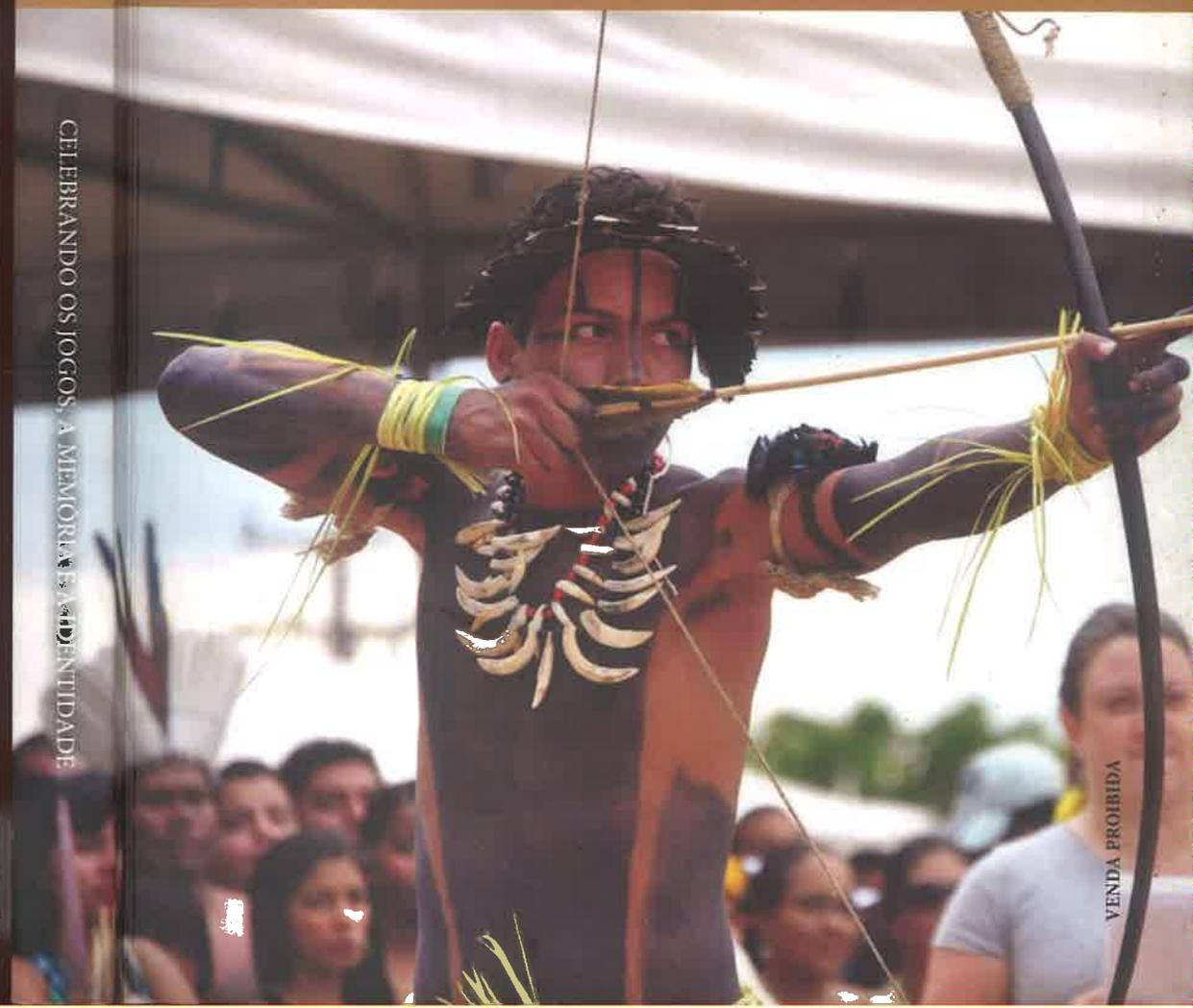
CELEBRANDO OS JOGOS, A MEMÓRIA E A IDENTIDADE

Maria Beatriz Rocha Ferreira e Marina Vinha (Orgs.)

Maria Beatriz Rocha Ferreira
Marina Vinha
(Organizadoras)

CELEBRANDO OS JOGOS, A MEMÓRIA E A IDENTIDADE:

XI Jogos dos Povos Indígenas Porto Nacional – Tocantins, 2011



VENDA PROIBIDA

Copyright © 2015 para as organizadoras
Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, sem citação da fonte, por qualquer processo
mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, das organizadoras.
Todos os direitos reservados desta edição 2015 às organizadoras

COORDENAÇÃO GERAL

Maria Beatriz Rocha Ferreira
CAPES/PNVS/Universidade Federal da Grande Dourados
beatrizdevloo@gmail.com

Marina Vinha
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
marinavinha@terra.com.br

COORDENAÇÃO

Comunicação e Divulgação Científica
Vera Regina Toledo Camargo
LABJOR - Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp

Fotos
Fernando Amazônia
Roberta Tojal
Acervo Jogos dos Povos Indígenas

Edição e Produção Editorial
Carlos Alexandre Venancio
cavenancio@gmail.com

Capa
Michele Cristina Tieni

Bibliotecária
Simone Rafael - CRB 9/1356

Tiragem
1000 exemplares

Impressão
Gráfica Regente / Maringá-PR

DOURADOS, 2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F383c Celebrando os jogos, a memória e a identidade: XI Jogos dos Povos indígenas. Porto Nacional - Tocantins,
2011 / Maria Beatriz Rocha Ferreira, Marina Vinha, organizadoras. -- Dourados: UFGD, 2015.
272 p.

ISBN 978-85-917811-7-1

Jogos indígenas - XI Jogos dos Povos indígenas. I. Ferreira, Maria Beatriz Rocha. II. Vinha, Marina. III. Título.

CDD 980.41

VENDA PROIBIDA

*Os Jogos dos Povos Indígenas são um sonho indígena que vem sendo
realizado, e por onde passam etnias e etnias, onde o Índio tem voz e onde a
celebração e a alegria formam uma convivência intertribal como exemplo de
paz, dignidade, soberania e respeito mútuo para o mundo moderno.*

MARCOS TERENA, 2015



Fernando Amazônia

SUMÁRIO

Apresentação9

Prefácio 11

Entrevista Carlos Justino Terena:

XI Jogos dos Povos Indígenas..... 17

Entrevista Marcos Terena:

A trajetória de um projeto de vida..... 23

PARTE I PROCESSOS HISTÓRICOS E SIGNIFICADOS

**Capítulo 1 A Política Pública do Ministério do Esporte
e os Jogos dos Povos Indígenas 29**

Rejane Penna Rodrigues

Capítulo 2 Legados dos Jogos dos Povos Indígenas 37

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

**Capítulo 3 Memória, celebração étnica e identidade:
os jogos indígenas como um caminho
para o empoderamento..... 57**

Olga Rodrigues de Moraes von Simson

**Capítulo 4 Jogos dos Povos Indígenas brasileiros:
patrimônio, cultura e comunicação 65**

Vera Regina Toledo Camargo

PARTE II PESQUISAS E LEGADOS

Capítulo 5 Contextualizando a avaliação dos XI Jogos dos Povos Indígenas - JPIs.....75
Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

Capítulo 6 XI Edição Jogos dos Povos Indígenas: organização, etnias, práticas corporais83
Deoclécio Rocco Gruppi

Capítulo 7 Jogos dos Povos Indígenas: redes de interdependências, percepções indígenas e *mimesis*99
Maria Beatriz Rocha Ferreira

Capítulo 8 A comunidade indígena e suas percepções dos XI Jogos dos Povos Indígenas - JPIs 119
Maria Clara Ferreira Guimarães
Maria Heloisa Guimarães

5. OS JOGOS INSTITUCIONAIS

PARTE III DESDOBRAMENTOS SOCIOANTROPOLÓGICOS

6. *Constituições Gerais*

Capítulo 9 Iniciativas indígenas: Jogos Escolares Brasileiros e Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena 169
Deoclécio Rocco Gruppi

4.2 - ESPORTE PARTICIPAÇÃO e LAZER: um olhar para os Municípios

4.3 - ESPORTE ESCOLAR: do esporte estudantil ao esporte universitário

Capítulo 10 A União das Nações Indígenas: política, esporte e história..... 193
Graziella Reis de Sant'Ana

Capítulo 11 Xikunahaty (1914 -2014) 211
José Ronaldo Mendonça Fassheber
Liliane da Costa Freitag

Capítulo 12 Saúde social: fonte revitalizadora dos Jogos dos Povos Indígenas 229
Marina Vinha

Capítulo 13 Fórum social indígena: o esporte e o lazer provocando um diálogo intersetorial 247
Khellen Cristina Pires C. Soares
Ana Elenara da Silva Pintos

Aportes finais 263
Sobre os autores..... 265

Estrutura do TEXTO

- 1. Introdução
 - 2. ASPECTOS LEGAIS do esporte
 - 3. POLÍTICAS PÚBLICAS de esporte e LAZER
 - 4. DIMENSÕES SOCIAIS do ESPORTE:
 - 4.1 - credul e o esporte de rendimento
 - a) credenciamento
 - b) FEDERAÇÕES
- diretrizes* (circled) *PLANONÁRIO NACIONAL* *J. LOUREIRO*

APRESENTAÇÃO

Sinto-me honrada em apresentar este livro - “Celebrando os Jogos, a Memória e a Identidade: XI Jogos dos Povos Indígenas - Porto Nacional – Tocantins, 2011” -, organizado pelas pesquisadoras Maria Beatriz Rocha Ferreira e Marina Vinha.

O Ministério do Esporte, por meio da sua Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS – têm compromisso com a política de esporte e lazer voltado à garantia dos direitos de todos brasileiros. E por isso vem atuando de forma crescente para a implantação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas, com a implantação de um Piloto de Infraestrutura esportiva e de lazer em comunidade indígena, a criação da Coordenação Geral de Políticas Esportivas Indígenas, apoio a Jogos Indígenas locais, Jogos Nacionais e à 1ª Edição dos Jogos Mundiais, núcleos em comunidade indígena do Programa Forças no Esporte, Esporte e Lazer da Cidade, pesquisas e publicações sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os povos indígenas, implantação da atividade Esporte da Escola/Mais Educação em Escolas indígenas, projetos chancelados na Lei de Incentivo ao Esporte. Esse conjunto de iniciativas resultou numa ampliação de recursos aplicados em demandas indígenas, de 100.000,00 anual até 2013 para 5.700.000,00 em 2014, e para 2015 já previsto 4.100.000,00 nas ações orçamentárias da SNELIS.

Portanto essa publicação vem retomar dados levantados por ocasião da realização, em 2011, dos XI Jogos dos Povos Indígenas, e com isso esta obra coloca em cena este evento que se destaca entre o conjunto de iniciativas acima citadas.

O trabalho de avaliação dos Jogos realizado naquela ocasião reuniu a participação de diversos colaboradores, entre pesquisadores, gestores e servidores atuantes no Governo Federal, Estado de Tocantins e Município de Porto Nacional, revelando um exercício coletivo não só de busca de informações que possam cada vez mais qualificar o desenvolvimento desta ação como também contribuir com maiores conhecimentos valorização da cultura indígena.



O produto final deste livro mostra que a celebração dos Jogos, a memória e identidade indígena aparecem não só como objeto de várias práticas vividas nas práticas analisadas como também de cenas e linguagens da sociabilidade indígena.

O livro reúne 15 artigos, organizados em três partes. A primeira, focaliza processos históricos e significados dos Jogos, destacando tanto a trajetória deste evento, que é parte do projeto de vida dos irmãos Marcos e Carlos Terena, como a importância dos Jogos dos Povos Indígenas para o empoderamento e a preservação de patrimônio e identidade indígena; quanto o que os Jogos representam como significativo legado da nossa Política Nacional de Esporte.

A segunda parte, intitulada “pesquisa e legados”, se detém, especialmente no contexto de realização da XI Edição dos Jogos, realizada em Porto Nacional/TO, apresentando dados interessantes sobre a organização, realização e avaliação das atividades realizadas, destacando a percepção da comunidade indígena sobre esta vivência.

A terceira e última parte do livro é dedicada a “desdobramentos socioantropológicos”, que aprofundam a discussão em questões decorrentes do estudo do tema desta obra. Esta parte do livro reúne reflexões importantes sobre a relação dos Jogos dos Povos Indígenas com o esporte, outras práticas culturais, a saúde social e discussões políticas intersetoriais.

Os diferentes artigos, redigidos por pesquisadores e gestores com experiência nos Jogos dos Povos Indígenas, apresentam dados relevantes tanto para as pessoas que iniciam suas leituras sobre os Jogos dos Povos Indígenas – sua história e especificidades da sua gestão - quanto para quem deseja conhecer melhor a vida cotidiana, tradições e práticas corporais indígenas.

Por isso, o nosso orgulho em apresentar essa obra, que convido você leitor a mergulhar no que ela nos proporciona e instiga a conhecer mais.

Andréa Nascimento *(Ewerton)*

Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais – DEDAP - Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS, Ministério do Esporte.

Os artigos reunidos na coletânea **Celebrando os Jogos, a Memória e a Identidade** apresentam uma reflexão oportuna e necessária sobre os **Jogos dos Povos Indígenas** no Brasil. Trata-se de um evento realizado desde 1996 pelo Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena (ITC), coordenado pelos indígenas terena Marcos e Carlos. Essa iniciativa inovadora está articulada, desde suas primeiras edições, com demandas dos próprios povos indígenas, incorporadas em suas várias edições. A coletânea foi elaborada a partir das motivações oriundas das discussões produzidas no XI evento realizado em Porto Nacional, Tocantins, em 2011, mas os artigos aí reunidos permitem visualizar o conjunto dessa experiência e do modo como ela se consolidou ao longo das últimas duas décadas.

Vários esportes praticados na sociedade brasileira foram recepcionados pelos indígenas, com destaque para o futebol, profusamente praticado pela maior parte dos povos indígenas. Estas apropriações sempre se realizam em diálogo com suas formas específicas de organização social e práticas de sociabilidade, constituindo um campo profícuo para o esforço de compreensão e análise. Cabe destacar aqui que a partir das experiências da organização dos Jogos Indígenas, estes povos encontraram a oportunidade de trazerem para a cena do esporte nacional as práticas corporais desenvolvidas em suas próprias sociedades desde tempos imemoriais. Tal constatação tem profundas implicações não só no campo das práticas esportivas, mas também no campo da política e, mas diretamente das políticas culturais destinadas ao esporte.

Ao longo de sua trajetória o evento dos jogos indígenas se constituiu como espaço ou canal de interlocução entre povos indígenas. Criou-se entre esses povos das várias regiões do país um ambiente apropriado à aproximação, ao conhecimento mútuo, ao intercâmbio de práticas corporais e a reflexão sobre

O produto final deste livro mostra que a celebração dos Jogos, a memória e identidade indígena aparecem não só como objeto de várias práticas vividas nas práticas analisadas como também de cenas e linguagens da sociabilidade indígena.

O livro reúne 15 artigos, organizados em três partes. A primeira, focaliza processos históricos e significados dos Jogos, destacando tanto a trajetória deste evento, que é parte do projeto de vida dos irmãos Marcos e Carlos Terena, como a importância dos Jogos dos Povos Indígenas para o empoderamento e a preservação de patrimônio e identidade indígena; quanto o que os Jogos representam como significativo legado da nossa Política Nacional de Esporte.

A segunda parte, intitulada “pesquisa e legados”, se detém, especialmente no contexto de realização da XI Edição dos Jogos, realizada em Porto Nacional/TO, apresentando dados interessantes sobre a organização, realização e avaliação das atividades realizadas, destacando a percepção da comunidade indígena sobre esta vivência.

A terceira e última parte do livro é dedicada a “desdobramentos socioantropológicos”, que aprofundam a discussão em questões decorrentes do estudo do tema desta obra. Esta parte do livro reúne reflexões importantes sobre a relação dos Jogos dos Povos Indígenas com o esporte, outras práticas culturais, a saúde social e discussões políticas intersetoriais.

Os diferentes artigos, redigidos por pesquisadores e gestores com experiência nos Jogos dos Povos Indígenas, apresentam dados relevantes tanto para as pessoas que iniciam suas leituras sobre os Jogos dos Povos Indígenas – sua história e especificidades da sua gestão - quanto para quem deseja conhecer melhor a vida cotidiana, tradições e práticas corporais indígenas.

Por isso, o nosso orgulho em apresentar essa obra, que convido você leitor a mergulhar no que ela nos proporciona e instiga a conhecer mais.

Andréa Nascimento **Ewerton**

Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais – DEDAP - Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNEELIS, Ministério do Esporte.

Os artigos reunidos na coletânea **Celebrando os Jogos, a Memória e a Identidade** apresentam uma reflexão oportuna e necessária sobre os **Jogos dos Povos Indígenas** no Brasil. Trata-se de um evento realizado desde 1996 pelo Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena (ITC), coordenado pelos indígenas terena Marcos e Carlos. Essa iniciativa inovadora está articulada, desde suas primeiras edições, com demandas dos próprios povos indígenas, incorporadas em suas várias edições. A coletânea foi elaborada a partir das motivações oriundas das discussões produzidas no XI evento realizado em Porto Nacional, Tocantins, em 2011, mas os artigos aí reunidos permitem visualizar o conjunto dessa experiência e do modo como ela se consolidou ao longo das últimas duas décadas.

Vários esportes praticados na sociedade brasileira foram recepcionados pelos indígenas, com destaque para o futebol, profusamente praticado pela maior parte dos povos indígenas. Estas apropriações sempre se realizam em diálogo com suas formas específicas de organização social e práticas de sociabilidade, constituindo um campo profícuo para o esforço de compreensão e análise. Cabe destacar aqui que a partir das experiências da organização dos Jogos Indígenas, estes povos encontraram a oportunidade de trazerem para a cena do esporte nacional as práticas corporais desenvolvidas em suas próprias sociedades desde tempos imemoriais. Tal constatação tem profundas implicações não só no campo das práticas esportivas, mas também no campo da política e, mas diretamente das políticas culturais destinadas ao esporte.

Ao longo de sua trajetória o evento dos jogos indígenas se constituiu como espaço ou canal de interlocução entre povos indígenas. Criou-se entre esses povos das várias regiões do país um ambiente apropriado à aproximação, ao conhecimento mútuo, ao intercâmbio de práticas corporais e a reflexão sobre

os próprios jogos e seu papel na produção da indianidade. No ambiente dos jogos também se reflete sobre o modo como as transformações, cada vez mais intensas, no ambiente e nas figurações sociais indígenas, interferem nas práticas corporais e, sobre a necessidade de desenvolvimento de políticas indígenas e indigenistas direcionadas ao fortalecimento de atividades corporais culturalmente valorizadas. Paralelamente, esses eventos propiciam também o diálogo sobre uma série de outros temas que estão na pauta dos povos indígenas na atualidade, tais como a participação indígena na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a educação, saúde, meio ambiente, sustentabilidade, cultura, etc. A realização dos jogos proporciona ainda a reflexão sobre os próprios jogos e esportes indígenas, considerando os papéis que são desafiados ou compelidos a desempenharem no campo relacional que envolve, por um lado, vários povos indígenas e, por outro, os diversos atores da sociedade nacional, envolvidos em um mesmo cenário, como destacam vários artigos da coletânea.

Gostaria de destacar a atualidade das temáticas discutidas nos jogos e o modo como tal discussão está em sintonia com tendências atuais de reposicionamento nas formas de interlocução entre o mundo indígena e os Estados nacionais. Como sabemos, historicamente tais relações foram marcadas pela colonialidade do poder e do saber, com transplantação de sociedades nacionais, estabelecidas à força sobre os territórios indígenas, a partir da imposição de formas autoritárias e etnocêntricas, que desconsideravam as práticas culturais indígenas. Grande esforço tem sido dispendido por lideranças políticas e intelectuais engajados na descolonização dessas relações. Creio ser possível defender o argumento de que os jogos se caracterizam como práticas de descolonização, daí mais um destaque a importância da presente publicação, que dá visibilidade e amplia o debate sobre essa importante iniciativa dos povos indígenas.

O movimento de descolonização dos povos indígenas ganhou força a partir da segunda Guerra Mundial, quando os horrores da guerra e as tentativas

de extermínio de povos, chamaram a atenção dos líderes mundiais reunidos na ONU para a necessidade de descolonizar as relações entre povos. É nesse contexto que a UNESCO publica o documento *Raça e História*, cujo texto foi elaborado pelo antropólogo Lévi-Strauss, como uma espécie de manifesto relativista e antirracista. A partir dessas mudanças de orientação no nível das organizações internacionais, os povos indígenas conseguiram várias conquistas no plano das legislações nacionais. Embora isto não seja suficiente para assegurar a reversão das relações de colonialidade, abre espaço para a construção de outras estratégias relacionais, às quais os líderes indígenas parecem estar muito atentos.

É importante considerar, a favor do argumento da sintonia da experiência dos jogos indígenas com tendências atuais de transformação do lugar a ser ocupado pelos povos indígenas e suas culturas na relação com os Estados nacionais, que o seu principal organizador, o indígena Marcos Terena, é um intelectual com grande circulação em fóruns de discussão da questão indígena fora do Brasil, o parece ter permitido que captasse tendências que circulam nestes espaços. Esta experiência internacional parece ter favorecido para ele vislumbrar nos jogos uma oportunidade para construção de novo campo de diálogo entre os povos indígenas e entre eles e a sociedade nacional.

Retomando a perspectiva histórica, é possível dizer que durante muito tempo predominou a tendência de imaginar que o destino irrefutável dos povos indígenas seria o abandono das formas de distintividade étnica e cultural. Dessa forma, acreditava-se que os sistemas culturais indígenas se extinguiriam com a completa adesão aos sistemas culturais impostos pelos Estados nacionais. Eventos como os jogos indígenas evidenciam que tal movimento não aconteceu do modo como os promotores de políticas e práticas assimilacionistas imaginaram. Pelo contrário, eventos como os jogos indígenas evidenciam a presença de líderes indígenas posicionados como contemporâneos do tempo histórico atual, manifestando grande capacidade e criatividade ao assumirem

a condução das produções/reproduções/transformações de seus sistemas culturais. O mais incrível é que a inovação e a criatividade aparecem como elementos potenciadores da indianidade, ou da valorização da “tradição” indígena, como muitos desses líderes destacam em seus discursos e em suas ações.

Estudos conduzidos por antropólogos até a década de 1980 tendiam a enfatizar o desalento dos pesquisadores sobre o fim das culturas indígenas a sua substituição pelas culturas nacionais hegemônicas. A partir desse período, um número crescente de antropólogos começou a se dar conta de um fenômeno novo, podendo ser denominado de renascimento cultural indígena. A mudança da postura dos indígenas frente a sua cultura “tradicional” e às iniciativas de imposição de práticas culturais alienígenas, chamou a atenção do antropólogo Terence Turner. Ele comparou sua experiência inicial com os Kayapó, ainda na década de 1960, com o reencontro com esse povo, mais de trinta anos depois. Na percepção do autor, após o trauma inicial do contato, os Kayapó haviam re-descoberto a “cultura” e aprendido a operar com ela nas inúmeras relações que estabeleciam com a sociedade nacional brasileira. Nesse processo, de certa forma haviam expandido e aprofundado sua indianidade. Assim, o autor acredita que lograram desenvolver importantes formas de *autoconsciência étnica e cultural*.

O desenvolvimento dessa autoconsciência étnica e cultural parece ter se tornado uma necessidade para a continuidade do povo, cuja história é abruptamente transformada pela relação compulsória e necessária com diversos segmentos da sociedade nacional. Entretanto o fenômeno não parece ser restrito aos Kayapó, pelo contrário, é uma experiência comum a diversos povos indígenas no Brasil e em outros Estados nacionais. Os jogos indígenas podem ser considerado como uma expressão dessa autoconsciência étnica e cultura. Permite aos indígenas se reposicionarem nas relações que estabelecem entre si (entre povos indígenas) e com o seu entorno (a sociedade nacional). Nos jogos se apresentam como povos complexos e diversos, com uma gama de

expressões corporais e esportivas. Nessas novas formas de interação, trazem para o diálogo suas pautas culturais.

Marshall Sahlins, outro antropólogo dedicado a compreensão desse movimento de inovação das relações interétnicas a partir de pautas culturais indígenas, discute em várias publicações o fenômeno por ele denominado de *indigenização da modernidade*. Na percepção do autor, o pessimismo sentimental, característico do período em que os antropólogos não conseguiam enxergar além do fim eminente das povos indígenas e suas culturas, é substituído pela percepção oposta: os povos indígenas não apenas continuarão existindo, mas serão capazes de exercer a expansão de sua cultura, inclusive sobre as culturas hegemônicas, impostas pelos Estados nacionais.

Assim, é possível propor que os jogos indígenas se situam nesse movimento de afirmação cultural indígena. Através das práticas corporais e esportivas os povos indígenas se reposicionam, rompendo a posição de subalternidade impostas pelos Estados nacionais. Tais práticas são um novo campo de diálogo, rompendo posições de hierarquia arbitrárias e ultrapassadas, constituindo uma nova base para relações mais simétricas. A sociedade nacional é convidada a observar e aprender com as práticas corporais indígenas, que remetem a formas de convivências que podem ser muito úteis para a superação de problemas sociais características dos Estados nacionais, como o recorrente fenômeno da violência. Nesse sentido, parabeno a sensibilidade dos organizadores da coletânea por motivarem os autores aqui reunidos a nos brindar com o compartilhamento dos resultados de suas pesquisas.

Levi Marques Pereira

*Professor da Universidade Federal da Grande Dourados.
Leciona na Faculdade Intercultural Indígena e participa dos
programas de pós-graduação em Antropologia e História.
março de 2015*



Fernando Amazônia

ENTREVISTA CARLOS JUSTINO TERENA – XI JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS

Local por telefone – 18 de janeiro de 2015

Entrevistadora – Maria Beatriz Rocha Ferreira

Carlos, boa noite. Estamos fechando o livro sobre os XI Jogos dos Povos Indígenas realizado em Porto Nacional, Tocantins em 2011. Você pode nos responder algumas questões sobre o evento? Como foi a experiência dos XI Jogos e o que foi diferente naqueles Jogos?

CARLOS – Acho que ali tentamos fazer depois de muitos anos a estrutura de uma ilha. Tivemos dificuldades de fazer, mas conseguimos construir as ocas dentro de uma ilha, de uma ilha fluvial. Foi a primeira dificuldade, mas a construção deu trabalho, mas ficou muito boa, bonita, pois deu o ar de aldeia a beira do rio. Este foi um diferencial dos outros jogos que fizemos. É a segunda vez que fazemos numa ilha fluvial, pois escolhemos este lugar por estar próximo da água e do ambiente de uma aldeia.

A outra coisa foi a participação de outros grupos que não participavam dos Jogos faz muito tempo como os Apinajé de Tocantins. Eles participaram ativamente. E tivemos muitas dificuldades também pois choveu muito. Queríamos fazer os Jogos 1 mês antes e por falta de recursos que chegou atrasado, conseguimos fazer um mês depois, em novembro na época das chuvas. Muitas ocas entraram água. Mas mesmo assim conseguimos superar e realizamos aqueles jogos naquele ano no Tocantins.

Naquela época lembro que teve troca de Ministro.

CARLOS – Houve esta troca de Ministro, mas o nosso trabalho continuou.

Foi um pouco difícil naquele ano, pois houve denúncia do Ministério e a Presidente Dilma cancelou os convênios relacionados com qualquer evento. Nós estávamos dentro desta situação. Mas mesmo assim conseguimos superar e fizemos os jogos com o Ministro Aldo. Que depois posteriormente vai nos ajudar a construir os jogos mundiais. Então houve essa troca e foi difícil também antes de começar os trabalhos administrativos e também recursos para organizar os Jogos aquele ano, mas mesmo assim conseguimos superar as dificuldades e realizar aqueles Jogos.

O que os Jogos puderam contribuir para vocês organizarem os I Jogos Mundiais?

CARLOS – Ali já nasceu uma ideia, da gente tentar trazer algumas comunidades internacionais para participar dos próximos Jogos Nacionais que seria posteriormente em Cuiabá. Aonde conseguimos trazer um Grupo Indígena do Peru para participar efetivamente conosco naquele ano. E também começamos a fazer uma conversa com o Ministro Aldo para bancar pelo menos 17 a 18 líderes para Cuiabá para tratarmos dos Jogos Mundiais. Esta conversa começa a partir de Porto Nacional.

Depois veio a Rio + 20 aonde nós consolidamos os Jogos Verdes e a conversa com o Ministro Aldo para amarrarmos a conversa dos Jogos Mundiais. Como disse amarramos nos Jogos de Cuiabá e agora estamos nos preparando para o Mundial em Palmas, Tocantins.

Em relação aos Jogos Mundiais, toda a experiência que vocês tem de tantos anos, é uma grande celebração. O que você pode nos dizer sobre os Jogos Mundiais?

CARLOS – Na verdade no começo tivemos dificuldades de construção de lançar as competições, pois os povos dos outros países não conhecem, não

entendem a dinâmica do que seria os Jogos Tradicionais Indígenas. Então a gente trabalhou muito, estudou muito para que houvesse uma adaptação entre o competitivo e o tradicional. Agora estamos chegando num acordo e fechar as novidades que vão ser lançadas sobre o tradicional e o competitivo. Esta seria uma primeira dificuldade. Agora estamos trabalhando no sentido de contatar os outros países para saber exatamente como vai ser a dinâmica dos Jogos dos Jogos Mundiais. Os outros países estão tentando entender e na outra semana vamos mandar os regulamentos da proposta de como seria a participação conosco. Vão ser os primeiros Jogos Mundiais da História. Então vamos fazer uma adaptação e encaminhamento e na verdade vão ser Jogos entre os Povos Indígenas.

O Brasil vai entrar com 22 etnias e cada país terá vagas para 50 atletas. Mas nós não cremos que alguns países vão atingir as metas. Alguns países que tiverem mais atletas podem preencher aquelas vagas, ocupar outras vagas dos países que não vierem. A intenção é fazer que todo mundo possa participar, desde atleta que pode não ter rendimento, mas pode ter uma colaboração na área social. Mas na verdade nos estamos entendendo que os outros atletas vem para o Brasil para ganhar. Então temos que preparar muito os nossos parentes daqui, os 22 povos indígenas que vão participar dos Jogos Mundiais. Porque agora não se trata só de celebração, trata realmente de competição mesmo. Outra coisa que está mais ou menos encaminhada é que os países que vêm com 50 atletas, o máximo de atletas, vão competir como um país de uma seleção indígena de um esporte coletivo e como povos indígenas nos esportes individuais.

Ah, então, eles vêm para os jogos coletivos e individuais.

CARLOS – Sim vão ter os jogos coletivos e individuais, como são os Jogos Nacionais.

Vem alguém da Austrália?

CARLOS – Nós não sabemos, mas eles participaram das reuniões em Cuibá.

Se precisar de alguma informação, posso tentar entrar em contato, pois estarei na Austrália de 01 a 17 de fevereiro.

CARLOS – É um país tradicional que seria interessante vir alguém. Mas por enquanto estamos falando em termos do governo, um contato oficial para garantir a vinda deles e também garantir financeiramente.

Se precisar de algo, poderei levar mais informações para eles. O que esperam de nós enquanto pesquisadores? Como podemos colaborar nestes Jogos?

CARLOS – Todo trabalho é bem vindo. Vamos precisar de pessoas na área bilíngue para trabalhar conosco. Porque os jogos vão ser em português e inglês. Teremos que preparar bastante pessoas que queiram trabalhar conosco na elaboração dos Jogos. Esta dificuldade nós vamos ter. Na verdade ninguém sabe como fazemos os jogos, somente nós sabemos. Vai ser uma coisa inédita para nós. Este é o nosso entendimento. Os documentos vão todos em inglês e espanhol para os nossos parentes, para executarmos a nossa linhagem na língua internacional.

Encontrei com o Marcos em Brasília e conversamos sobre alguns exames clínicos que os atleta fazem. Solicitei ao Dr. Victor Matsudo, que foi médico da seleção brasileira de basquete e sugeriu alguns exames. Você viu isto?

CARLOS – não vi esta informação. Toda intenção é bem vinda. O importante é tornar isto em prática. Nós não temos tempo de ficar elaborando mais projetos. Tivemos uma conversa com o Ministro e estamos super atrasados e não temos tempo de fazer nada. Está tudo atrasado. Não vou dizer que vai

comprometer os Jogos, mas está tudo atrasado. Nós não temos tempo de mais nada. As pessoas que quiserem trabalhar conosco precisam entrar no nosso embalo.

Ele mandou uma bateria de testes.

CARLOS – Se for a partir das aldeias, precisamos ter recursos. Levar os médicos para as aldeias é legal, mas quem vai bancar isto?

A minha ideia é para eles irem nos posto de saúde próximo e fazerem os exames.

CARLOS – Mas isto tudo vai ter. Estamos em parceria com o Ministério da Saúde e Funasa. E isto é obrigado ter. Vou para as aldeias agora conversar com as lideranças sobre isto.

Pode ver com a Funasa, Ministério da Saúde como realizar isto. Eu vou mandar outra vez para você, os testes que o médico enviou. Ai vocês podem ver com a Funasa e Postos de Saúde mais próximo.

CARLOS – Isto vai ter sim. Esta dentro da nossa programação. Fizemos uma reunião interministerial. Falta nós executarmos.

Victor pode enviar a equipe dele para fazer os testes e medidas antropométrica. Estas medidas foram feitas nos Jogos de Campo Grande.

CARLOS – Lembro, na época, a professora que fez as medidas apresentou alguns resultados.

A equipe do Dr. Victor pode fazer as avaliações físicas. Mas eles precisam de apoio financeiro do Ministério, pois não estão ligados à universidade e não conseguem recursos com facilidade.

CARLOS – na época, nós recebemos as informações quando a professora fez as medidas, mas ela não fechou o diagnostico. Queremos saber o estado de cada atleta, as habilidades, os problemas, se tem problemas de pressão alta... Os resultados não deram as respostas que queríamos, não sei como foi feito isto.

Estamos tentando conseguir a verba de outros locais. Mas se a equipe quiser vir por conta própria será bem recebida.

Agradeço a sua atenção e boa sorte com o novo Ministro. Vocês são guerreiros! Obrigada.

MARCOS TERENA: A TRAJETÓRIA DE UM PROJETO DE VIDA

Marina Gomes¹

Marcos Terena é um dos idealizadores e coordenadores dos Jogos dos Povos Indígenas. Seu objetivo sempre foi lutar pelos direitos dos povos indígenas e os direitos humanos, perpassando a questão da cultura, educação, saúde, esporte, e também a efetivação dos direitos por meio da interculturalidade entre os diversos povos indígenas, que muitas vezes não se conhecem.

Ao mesmo tempo, buscou conscientizar a sociedade brasileira sobre o significado dos Jogos, eventos em que emerge de forma tão intensa a beleza da confraternização de ricas histórias.

Suas ações são mensagens afirmativas para que os povos indígenas resgatem sua identidade cultural, e para compreender melhor essa trajetória, entrevistamos Terena. Ele explicou como o Jogos são um encontro para reunir várias etnias com o propósito de celebrar e mostrar para a sociedade os aspectos culturais dos índios, por meio de demonstrações de jogos tradicionais, rituais sagrados, danças, cantos e artesanato. “Nós mesmos, como indígenas idealizadores e organizadores, aprendemos cada vez mais com os irmãos que vivem nas aldeias. Os símbolos não se restringem às formas do esporte, mas como se faz o esporte, e como isso gera a força física e a celebração”, diz.

Os Jogos dos Povos Indígenas fazem parte dos Direitos Humanos. Pode falar um pouco sobre esse tema?

¹ Jornalista formada pela Unesp, mestre em Divulgação Científica e Cultural (Labjor-Unicamp) e especializada em Bioquímica, Fisiologia, Treinamento e Nutrição Esportiva pelo Labex (Unicamp).

MARCOS TERENA – No caso dos Indígenas, do nosso ponto de vista, todo evento que organizamos tem que ter um vínculo com os Direitos Humanos, não só pelas denúncias de violações, mas como forma de garantir o bem viver. E isso temos usado dentro dos Jogos Indígenas, inserido em um debate natural de etnias, biomas e formas de viver.

Os jogos representam um espaço diversificado importante com ações políticas, sociais e que proporcionam trocas de experiências. Paralelamente, outro evento importante é o Fórum Social, que congrega convidados indígenas e não-indígenas nacionais e internacionais para debater temas como educação, saúde, ecologia, juventude, comunicações, energia, reflexões sobre os jogos e esportes indígenas. Em geral, a reunião é organizada num ambiente próprio, com transmissão das palestras. Como você organiza e planeja os Fóruns Sociais?

MARCOS TERENA – Nada do que fazemos nos Jogos se reduz a um tipo de campeonato de Índios. Muita gente pensava que era isso, mas com a inspiração das anciãs e dos grandes chefes das aldeias, fomos vendo que, além do esporte e sua prática, tínhamos que trocar ideias, intercambiar valores e presentes, e com isso atingir as políticas públicas governamentais, assim como debater temas específicos focados na juventude e sua visão de futuro e, ao mesmo tempo, os valores ancestrais, como o sagrado e a oralidade. Assim nasceu o Fórum Social Indígena, que neste ano de 2015 vai debater com irmãos de outros países a criação de uma Comissão Internacional Indígena e o II Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, ou seja, estamos dando exemplos.

O que espera dos pesquisadores e da participação deles no desenvolvimento dos Jogos?

MARCOS TERENA – No início havia a sensação de que os pesquisadores

queriam decifrar os Jogos Indígenas, gerar formas de fazer e, principalmente, criar sobre aquilo que é sempre comum, um modelo inédito de campeonato indígena, mas pouco a pouco esse conceito foi sendo quebrado. Nenhum Jogos Indígenas se parece com o outro. Temos uma base nas nossas cabeças, mas se isso não estiver concatenado com os grandes líderes tradicionais e com um interlocutor que chamamos de Comandante Étnico, nada acontecerá – e isso pode gerar confusão e até brigas. Mas achamos importante a chegada do pesquisador amigo, companheiro capaz de conceituar cientificamente o sentido do esporte indígena perante a modernidade.

Qual o impacto dos Jogos dos Povos Indígenas no exterior?

MARCOS TERENA – O Comitê Intertribal mostrou, como parte do Brasil, que somos capazes de promover o inédito, o holístico, o físico e o sustentável. Dentro da Declaração da ONU para os Direitos Indígenas há inclusive uma recomendação específica que afirma a importância dos Jogos Indígenas.

Em sua opinião, o que diferenciou o XI Jogos dos Povos Indígenas, em Porto Nacional, Tocantins? Quais as maiores conquistas?

MARCOS TERENA – Cada evento é único, nenhum modelo se reproduz no evento seguinte. Em Porto Nacional havia um cenário, uma forma específica de fazer acontecer lá, devido à região, os rios, o ecossistema e a sociedade envolvente.

Quais as maiores dificuldades que vocês enfrentaram no XI JPI's em Porto Nacional, Tocantins?

MARCOS TERENA – As dificuldades sempre são parecidas. Nós conseguimos os recursos, mas por recomendação governamental federal, não podemos acessar como gestores esses recursos, e sim um ente público como a Prefeitura

ou Governo do Estado. Isso sempre gera problemas, pois esse sistema de gerenciar o recurso público, que consideramos caduco, é feito da mesma forma para qualquer evento, menos para os Jogos e os Povos Indígenas. O sistema, então, precisa ser educado e adequado para nossas realidades.

Como está a programação e organização do I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, a ser realizado em setembro, em Palmas?

MARCOS TERENA – Os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas é outra iniciativa nossa, do Índio Brasileiro. Ele foi aceito como possível de se realizar no Brasil durante os JPI's em Cuiabá, com a presença de 16 países e 48 etnias brasileiras. Foi importante o apoio imediato do então Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, que destacou desde então a quantia de R\$ 8 milhões. Já temos tudo pronto do ponto de vista indígena, mas temos que esperar as engrenagens administrativas, políticas e operacionais do sistema que, nesse caso, vem da Prefeitura de Palmas, com adaptações necessárias para um grande e desafiador evento, afinal, nunca foi feito.

Gostaria de encerrar a entrevista com alguma mensagem?

MARCOS TERENA – Os Jogos dos Povos Indígenas são um sonho indígena que vem sendo realizado, e por onde passam etnias e etnias, onde o Índio tem voz e onde a celebração e a alegria formam uma convivência intertribal como exemplo de paz, dignidade, soberania e respeito mútuo para o mundo moderno.

Dourados - Aeroporto de Dourados (DOU)

29/01/2015 às 03:30

I PARTE I

PROCESSOS HISTÓRICOS E SIGNIFICADOS

FÓRUM SOCIAL INDÍGENA: O ESPORTE E O LAZER PROVOCANDO UM DIÁLOGO INTERSETORIAL

Khellen Cristina Pires C. Soares³⁷

Ana Elenara da Silva Pintos³⁸

Jogos dos Povos Indígenas: uma arena de jogo, luta e poder

A Constituição Federal é um marco de mudança na relação entre o Estado e as comunidades indígenas no Brasil. Observa-se no Artigo 231 do Capítulo VII, que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1998). Tal artigo demonstra estar em conformidade com a Declaração das Nações Unidas, sobre o direito dos Povos Indígenas, documento elaborado pela Organização das Nações Unidas, no qual se afirma que “os Povos Indígenas são iguais a todos os demais povos e que reconhece ao mesmo tempo o direito de todos os povos a serem diferentes” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2007).

Este trabalho tem como objetivo destacar a importância do Fórum Social Indígena, enquanto uma arena política que promove possibilidades de políticas intersetoriais. O trabalho de análise da memória do Fórum Social Indígena

37 Professora de Educação Física do IFTO- Campus Palmas. Doutoranda em Estudos do Lazer da UFMG.

38 Coordenadora Geral de Estudos e Pesquisas de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte.



nos embasou para as reflexões acerca da importância do esporte e lazer como espaço e tempo para a reflexão das políticas públicas para os povos indígenas.

Os Jogos dos Povos Indígenas como espaço de politização provoca novas alternativas de intervenções, em busca de investimentos nas políticas públicas para os grupos étnicos. A possibilidade do esporte e do lazer promoverem a participação popular, como forma educativa, no sentido de politizar o grupo, frente aos seus direitos e desafios abrem novas perspectivas na relação entre o Estado e as comunidades indígenas, contribuindo para a causa indígena.

O Ministério do Esporte vem se empenhando para construir e implementar uma política nacional de esporte e lazer que atenda os anseios da população indígena, buscando cumprir com o dever do estado de reconhecer a diversidade sociocultural, práticas e saberes tradicionais dos povos, compreendendo que as políticas públicas devem ser elaboradas, desenvolvidas e avaliadas com a participação qualificada de todos os segmentos, especialmente às quais as ações e programas se destinam.

As articulações elaboradas nesse processo podem determinar a maneira como se desenvolverão as políticas para os indígenas brasileiros, e estas também determinam as diversas capacidades dos atores sociais ou grupos de interesse em conseguirem resultados políticos favoráveis.

(FUKS 1998) nos traz a perspectiva de aprofundamento destas questões de articulação e conflitos dos envolvidos no contexto das políticas públicas, quando destaca a importância de se conceber a vida social e política como arena argumentativa, em que os partidos políticos, os grupos organizadores e o governo participam de um permanente processo de debate.

As arenas públicas são então reconhecidas como espaços de ação e debate dinâmico que por vezes são permeados de conflitos sociais, mas esses acima de tudo, é que viabilizam a garantia do debate, não permitindo que as demandas e os projetos sejam sempre determinados pelos representantes dominantes. A

ideia de “sistema de arenas públicas” sugere a saliência dos assuntos que nele circulam. Supõe-se, antes de qualquer coisa, a visibilidade das ações e dos debates a ele associados (FUCKS, 1998).

Para a efetivação de uma arena é necessário que os atores sociais envolvidos nas políticas públicas estejam participando dos processos pré – decisórios e decisórios, e principalmente, sejam reconhecidos como parte do processo.

Como lhe é característico, os povos indígenas vêm ao longo dos séculos lutando cotidianamente, utilizando de diferentes estratégias, em busca da efetivação do que está consagrado na Constituição Federal, bem como em documentos internacionais, em que o Brasil é signatário. Essa luta é também travada, pelo fato de que os povos indígenas não vêem os seus direitos respeitados e materializados por meio de políticas públicas, ou seja o reconhecimento no processo de direitos sociais. Diante deste contexto em que os indígenas desejam exercer essa cidadania, a salvaguarda de suas práticas corporais, os direitos ao esporte e lazer emergem como importantes demandas.

Com o reconhecimento do direito à diferença, os povos indígenas vêm reivindicando o reconhecimento de seus patrimônios culturais por meio do movimento indígena, articulados em torno de interesses comuns. Neste sentido, o Estado deve garantir-lhes o direito a participação na formulação, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas.

Desta forma, estes atores sociais buscam estar envolvidos na elaboração da agenda. A agenda é, justamente, o instrumento que reflete a priorização de temas e problemas a serem trabalhados por um governo, portanto, a um espaço de conflitos, disputado entre os diversos atores que fazem parte do jogo político (ROTH DEUBEK, 2006). Nesse jogo a forma como se planeja e articula o poder nas diversas situações é que determina os temas que irão compor parte da agenda e ainda, os temas que não serão priorizados.

Ao estudar sobre o estabelecimento da agenda, (KINGDON, 2006) propõe

nos embasou para as reflexões acerca da importância do esporte e lazer como espaço e tempo para a reflexão das políticas públicas para os povos indígenas.

Os Jogos dos Povos Indígenas como espaço de politização provoca novas alternativas de intervenções, em busca de investimentos nas políticas públicas para os grupos étnicos. A possibilidade do esporte e do lazer promoverem a participação popular, como forma educativa, no sentido de politizar o grupo, frente aos seus direitos e desafios abrem novas perspectivas na relação entre o Estado e as comunidades indígenas, contribuindo para a causa indígena.

O Ministério do Esporte vem se empenhando para construir e implementar uma política nacional de esporte e lazer que atenda os anseios da população indígena, buscando cumprir com o dever do estado de reconhecer a diversidade sociocultural, práticas e saberes tradicionais dos povos, compreendendo que as políticas públicas devem ser elaboradas, desenvolvidas e avaliadas com a participação qualificada de todos os segmentos, especialmente às quais as ações e programas se destinam.

As articulações elaboradas nesse processo podem determinar a maneira como se desenvolverão as políticas para os indígenas brasileiros, e estas também determinam as diversas capacidades dos atores sociais ou grupos de interesse em conseguirem resultados políticos favoráveis.

(FUKS 1998) nos traz a perspectiva de aprofundamento destas questões de articulação e conflitos dos envolvidos no contexto das políticas públicas, quando destaca a importância de se conceber a vida social e política como arena argumentativa, em que os partidos políticos, os grupos organizadores e o governo participam de um permanente processo de debate.

As arenas públicas são então reconhecidas como espaços de ação e debate dinâmico que por vezes são permeados de conflitos sociais, mas esses acima de tudo, é que viabilizam a garantia do debate, não permitindo que as demandas e os projetos sejam sempre determinados pelos representantes dominantes. A

ideia de “sistema de arenas públicas” sugere a saliência dos assuntos que nele circulam. Supõe-se, antes de qualquer coisa, a visibilidade das ações e dos debates a ele associados (FUCKS, 1998).

Para a efetivação de uma arena é necessário que os atores sociais envolvidos nas políticas públicas estejam participando dos processos pré – decisórios e decisórios, e principalmente, sejam reconhecidos como parte do processo.

Como lhe é característico, os povos indígenas vêm ao longo dos séculos lutando cotidianamente, utilizando de diferentes estratégias, em busca da efetivação do que está consagrado na Constituição Federal, bem como em documentos internacionais, em que o Brasil é signatário. Essa luta é também travada, pelo fato de que os povos indígenas não vêem os seus direitos respeitados e materializados por meio de políticas públicas, ou seja o reconhecimento no processo de direitos sociais. Diante deste contexto em que os indígenas desejam exercer essa cidadania, a salvaguarda de suas práticas corporais, os direitos ao esporte e lazer emergem como importantes demandas.

Com o reconhecimento do direito à diferença, os povos indígenas vêm reivindicando o reconhecimento de seus patrimônios culturais por meio do movimento indígena, articulados em torno de interesses comuns. Neste sentido, o Estado deve garantir-lhes o direito a participação na formulação, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas.

Desta forma, estes atores sociais buscam estar envolvidos na elaboração da agenda. A agenda é, justamente, o instrumento que reflete a priorização de temas e problemas a serem trabalhados por um governo, portanto, a um espaço de conflitos, disputado entre os diversos atores que fazem parte do jogo político (ROTH DEUBEK, 2006). Nesse jogo a forma como se planeja e articula o poder nas diversas situações é que determina os temas que irão compor parte da agenda e ainda, os temas que não serão priorizados.

Ao estudar sobre o estabelecimento da agenda, (KINGDON, 2006) propõe

três explicações: problemas, política e “participantes visíveis”. O reconhecimento do problema é um passo crítico para o estabelecimento de agendas, e alguns problemas recebem mais atenção do que outros, devido à forma pelas quais os atores tomam conhecimento das situações, quanto nas formas pelas quais essas situações foram definidas como problema. O fluxo da política explica também a alta ou baixa importância de um tema na agenda, sendo influenciada pelos desdobramentos na esfera política e ainda pelos consensos realizados pela negociação. E por último, a agenda é influenciada pelo grupo de “atores visíveis”, que são aqueles que recebem considerável atenção da imprensa e do público.

A perspectiva colocada por Kingdon (2006) é interessante, pois estabelece os envolvidos na definição da agenda ao defender a participação dos “atores visíveis” e “atores invisíveis”, esclarecendo como a arena é constituída e como são definidas as prioridades do estado.

O grupo de atores visíveis, aqueles que recebem considerável atenção da imprensa e do público, inclui o presidente e seus assessores de alto escalão, importantes membros do Congresso, a mídia, e atores relacionados ao processo eleitoral, como partidos políticos e comitês de campanha. O grupo relativamente invisível de atores inclui acadêmicos, burocratas de carreira, e funcionários do Congresso. Descobrimos que o grupo de atores visíveis define a agenda enquanto o grupo de atores invisíveis tem maior poder de influência na escolha das alternativas (KINGDON, 2006, p. 230).

Como resultado de uma definição de agenda, os Jogos dos Povos Indígenas, idealizado pelos irmãos Marcos e Carlos Terena, fundadores da organização não governamental Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena - ITC passaram a contar com apoio governamental federal a partir de 1996, com a criação do Ministério Extraordinário do Esporte e Turismo. O então Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto – INDESP, em parceria com o Comitê Intertribal, desenvolveu as demandas de planejamento de custos e

recursos financeiros para realização da primeira edição do evento. Ou seja, esta foi a primeira ação do governo federal em relação ao esporte e ao lazer para os povos indígenas no Brasil. Já em 2007 o ITC passou a contar com a instância do Ministério do Esporte, o seu principal parceiro. E foi a partir da IX edição, que o Ministério do Esporte, através da evidente participação dos seus gestores na organização de todo o processo junto ao Comitê Intertribal, constatou que os Jogos dos Povos Indígenas seriam uma importante ferramenta para valorizar a cultura indígena e afirmar sua identidade, frente a uma política pública que nunca existiu no campo do esporte e do lazer.

Com o lema “o importante não é competir e sim celebrar”, os Jogos dos Povos Indígenas tiveram a partir de 2007 um apoio institucionalizado do Governo Federal, envolvendo além do Ministério do Esporte, a FUNAI/Ministério da Justiça, o Ministério da Cultura, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, além dos Governos de Estado e Prefeituras Municipais. Os jogos foram criados tendo como principal objetivo resgatar e valorizar os jogos esportivos indígenas, promovendo o conagraçamento e intercâmbio entre outras etnias participantes, fortalecimento da identidade cultural desses povos e confraternização digna e respeitosa dos índios com a sociedade indígena.

Lidar com um evento desta magnitude exige um grande esforço por parte dos líderes do Comitê Intertribal, bem como da Equipe do Ministério do Esporte, na busca pelas melhores soluções as demandas apresentadas, com vistas a garantir a qualidade dos Jogos, em conformidade com as especificidades da cultura indígena, atendendo as exigências burocráticas necessárias a efetivação da ação.

A compressão do esporte e lazer como instrumento político, uma forma de lutar, reivindicar e conquistar direitos se faz presente ao longo da história destes jogos. A evolução das edições dos Jogos dos Povos Indígenas e o envolvimento ativo das diversas etnias nos eventos são reconhecidos pelos organizadores da

seguinte forma: “[...] não importava a etnia, a língua, a linha política, e o local de onde vinham, o esporte e o lazer, os Jogos dos Povos Indígenas, quebravam barreiras e preconceitos e propunham a celebração” (TERENA, 2009).

O Fórum Social Indígena é um evento que ocorre dentro dos Jogos dos Povos Indígenas, objetivando ser um espaço (arena) de discussão entre as diferentes etnias. As rodas de conversa e trocas são realizadas a partir de temas (problemas) sugeridos pelo Comitê Intertribal e o Ministério do Esporte, assim como às demais representações executivas se fazem presentes para contribuir com o processo (atores visíveis e atores invisíveis). A ideia é romper com a pobreza descrita por Pedro Demo:

[...] a dinâmica mais profunda da pobreza: sua politicidade. Ser pobre não é apenas não ter certas coisas. É principalmente ser destituído de ter e, em especial, de ser, um tipo de exclusão que tem em sua origem não só em carências materiais, mas mormente em imposições mobilizadas por processos de concentração de bens e poder por parte de minorias. Pobreza é carência politizada, no sentido de a carência servir para o favorecimento de alguns em detrimento de muitos. Temem um pobre que sabe pensar. Exigindo ser visto como protagonista, requer direitos, não apenas benefícios. É muito pobre nossa concepção de pobreza. Escondemos sob a capa superficial, por vezes até mesmo fútil, de estudos e políticas focados em benefícios materiais, um oceano de problemas muito mais graves, em especial o extermínio do sujeito capaz de história própria. Concebemos pobreza como nos convém, não como convém ao pobre. Segue que a ele reservamos, com naturalidade fria, propostas pobres. Em termos de pobreza, tudo é muito grave. “Mas nada é mais grave que a pobreza política” (DEMO, 2008).

A gestão do esporte e o lazer promove assim um espaço educativo, o Fórum Social Indígena, é um espaço e um tempo de discussão de causas indígenas, dos problemas que afligem toda uma população e a riqueza desse processo de construção histórica centra-se no fato de que é nas relações estabelecidas ali, nas rodas de conversa, no debate com os representantes governamentais que a educação política vai se desenvolvendo, e os gestores vão identificando novas

demandas, e vai se construindo uma nova relação interétnica rumo ao reconhecimento dos envolvidos como seres políticos.

Fórum social indígena: o diálogo promovendo possibilidades para a inter-setorialidade

A intersetorialidade pode se apresentar como uma das possibilidades de articulação entre os saberes e as ações, com vistas à superação das dificuldades coletivas, tornando-se mais seletiva e colaborando com a redução das desigualdades e com o bem estar social. Encontramos em Maesch (2008) uma caracterização sintética sobre intersetorialidade, como articulação entre sujeitos de setores diversos, de saberes, poderes e vontades diferenciados, para enfrentar questões complexas.

Um espaço de encontro, diálogo e debates acerca das políticas públicas para os povos indígenas, assim vem se consolidando o Fórum Social Indígena, evento que acontece dentro do tempo e espaço dos Jogos dos Povos Indígenas. As mais de 39 etnias envolvidas no evento se organizam para debater temas como meio-ambiente, saúde, esporte e lazer, educação, igualdade racial e direito da mulher indígena, no sentido de melhorar a qualidade de vida e as políticas públicas que envolvem esses povos. Faz-se necessário esta postura intersetorial, enquanto um princípio que orienta a ação, com aparato governamental, considerando território e população.

O XI Jogos dos Povos Indígenas, realizado no Tocantins, reuniu cerca de 1.400 indígenas, que para além da participação na corrida de tora, no arremesso de lança, na natação, arco e flecha, nas danças e demais modalidades esportivas e de lazer se organizaram para debater questões referentes ao ser índio na sociedade atual. Seicchi in Pinto (2011) contribui com esse olhar ao nos fazer refletir que “Não basta apenas dizer: “sou jovem”; “sou negro”; “sou índio”, é necessário que esses pertencimentos sejam aceitos e legitimados pelo Estado

e pela sociedade. Portanto, o critério de pertencimento supõe a pluralidade de percepções e de situações, isto é, supõe a legitimidade de múltiplos atores”.

O Fórum Social Indígena aconteceu durante três dias, e um pouco do que foi dialogado neste espaço estaremos compartilhando aqui, no sentido de socializarmos as discussões, contribuir para com a continuidade dessa política pública promovida pelo esporte e lazer e para com as conquistas dos povos indígenas do Brasil.

Importantes temas foram abordados durante a realização do Fórum Social em meio a XI edição dos Jogos dos Povos Indígenas. Dentre eles: “Igualdade Racial e os Direitos da Mulher Indígena”; “Direito Indígena – Identidade, Cultura e Educação” e “Juventude Indígena Formação Superior Intercultural Bilíngue”. A cada conferência, além da apresentação de um convidado com significativa contribuição na área, foi garantido o espaço necessário para as intervenções do público presente. Além disso, foram apresentados pelos coordenadores do Comitê Intertribal a proposta dos Jogos dos Povos Indígenas e do evento Rio+20, posteriormente realizado no RJ. Aos gestores do Ministério do Esporte, coube a reflexão sobre as ações desenvolvidas no âmbito do governo federal, sob o enfoque “Esporte e Tradição - Afirmação Étnica”, com destaque para o Programa Esporte e Lazer da Cidade.

A primeira mesa foi organizada com o tema: Igualdade Racial e os Direitos da Mulher Indígena: Terra é Vida! A indígena Maria Helena Pareci se responsabilizou pela coordenação desta mesa que tinha como conferencista a ministra da Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, a Secretária Nacional de Esporte e Lazer, o Secretário Estadual de Esporte do Tocantins e o Secretário de Cultura do município de Porto Nacional, tendo ainda como comentarista Miriam Terena.

A ministra do SEPIR destaca que este ministério foi criado a oito anos para trabalhar com questões que nunca haviam sido trabalhadas pelo governo

brasileiro, ficando as comunidades indígenas e negras a margem das políticas públicas. Não tendo espaço no Congresso Nacional, assim houve uma organização do movimento negro, tendo este se organizado para trabalhar pelos direitos relacionados a igualdade racial. As comunidades quilombolas foram catalogadas e assim como as indígenas identificando a necessidade da terra, da vida rural, confrontando com interesses do governo ou privado. Faz-se determinante criar espaços de discussões entre as comunidades da mata para que se identifiquem as lutas.

As mulheres indígenas se identificam neste processo a partir da oportunidade de serem lideranças, de verificarem como, na atualidade, o indígena se encontra, estabelecendo um olhar acerca dos problemas que a comunidade enfrenta, se responsabilizando por verificar as possibilidades de intervenção para solução de problemas.

O encontro das várias etnias é compreendido como uma possibilidade de aprendizagem, assim como o encontro com o não indígena, afinal, estamos construindo uma história de respeito a diversidade. A comentarista esclarece que o movimento das mulheres indígenas vem crescendo, chegando à aldeia as políticas públicas. A história indígena reflete uma luta da mulher por espaço, neste momento é destacado que as mulheres indígenas estão lutando para que tenham 15% de participação nos jogos, sendo ressaltado que neste evento tem delegação que não garantiu a participação feminina. O movimento indígena e negro feminino devem buscar a irmandade, pois as lutas são quase as mesmas (posse da terra, educação, saúde, respeito a diversidade, investimentos em fortalecimento da cultura), reivindicam a necessidade do SEPIR abrir espaço de trabalho para um indígena, para que este possa lutar pelos direitos indígenas.

A segunda mesa teve como tema PELC - Esporte Tradição e Afirmação Étnica, sendo coordenada pela professora e pesquisadora Maria Beatriz Rocha Ferreira; uma técnica do Ministério do Esporte foi a conferencista e Carlos

Terena, coordenador dos Jogos dos Povos Indígenas, Tainara Terena e Samira Tsibodowapre foram os comentaristas.

Um breve histórico dos Jogos dos Povos Indígenas marcou o início desta mesa, problematizando questões como a dificuldade de recursos humanos para se discutir o desenvolvimento desse evento. O jogo dos sonhos, como é caracterizado pelo coordenador geral recebe a parceria do Ministério do Esporte, que por meio dos vários técnicos assessoram a elaboração do projeto e a organização da realização deste grande evento para as comunidades indígenas. Ocorre que há que se refletir acerca da sobrevivência dos jogos frente as mudanças de gestão, ficando a ressalva de que os povos indígenas são os grandes responsáveis pela realização deste evento e apoio do Ministério Esporte é determinante para a garantia de realização.

O sonho do encontro dos povos com intercâmbio cultural e intercultural está se realizando e os limites e possibilidades desse processo foi destacado nesse momento, acrescentando a ideia de se envolver outros povos na realização e participação desse grande evento. De acordo com o coordenador geral dos jogos "... há que se envolver outros povos, ver as pinturas diferentes, a plumagem diferente, ... o índio está ficando diferente. A televisão enfraquece a cultura, o jovem tem vergonha de manter a cultura e os jogos são importantes para que o jovem veja a importância da língua e da cultura".

A participação indígena na discussão dos jogos, do esporte e lazer trouxe algumas reflexões quanto a importância destes para as comunidades e jovens, visto que os jogos transformam o povo, trazendo maior qualidade de vida, podendo contribuir para evitar o alcoolismo e o envolvimento com drogas. Os indígenas solicitaram uma política pública que implantasse ações de esporte e lazer nas aldeias, com professores qualificados e ainda que as lideranças indígenas sejam preparadas para assumir os jogos, entender como o esporte não indígena está presente na atualidade nas comunidades indígenas, em especial

o futebol, sendo questionado o valor da competição nesta modalidade. Os indígenas que participaram desse momento destacaram o desejo de conhecer e aprender para assim defender o seu povo.

Com o tema Direito Indígena – Identidade, Cultura e Educação, a terceira mesa se desenvolveu, sob a coordenação de Cristine Maxakali, tendo como conferencistas uma representante do Ministério da Educação e uma do Ministério da Cultura e como comentarista uma representante da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins.

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, busca promover a educação escolar indígena, inovando o sistema de ensino com a possibilidade do ensino intercultural, específico e diferenciado. A busca pelo respeito a diversidade socio-cultural é um dos grandes desafios das políticas públicas, compreendendo diversidade como um recurso enriquecedor. A interculturalidade na educação e na comunicação pode contribuir para políticas pluriculturais e plurilíngues, agregando o valor social da diversidade entendida como patrimônio da nação

A busca do Ministério da Educação é pela autonomia pedagógica das escolas indígenas, local onde as línguas indígenas são tratadas como línguas de conhecimento, na compreensão ampla de educação escolar própria a cada realidade sociocultural, e mais ainda reconhecendo a distinção entre educação indígena e educação escolar indígena.

Os indígenas trazem a dificuldade quanto á relação estabelecida com os órgãos responsáveis pala gestão da educação e a nível Estadual questionam a necessidade de se ter um indígena como coordenador de assuntos educacionais, observando que no Tocantins já existem pessoas capacitadas para tal função.

Já o Ministério da Cultura, destaca que vem trabalhando por meio da Secretaria de Diversidade e Identidade Cultural no sentido de desenvolver ações transversais, tanto no âmbito governamental, quanto por meio de diálogos

Terena, coordenador dos Jogos dos Povos Indígenas, Tainara Terena e Samira Tsibodowapre foram os comentaristas.

Um breve histórico dos Jogos dos Povos Indígenas marcou o início desta mesa, problematizando questões como a dificuldade de recursos humanos para se discutir o desenvolvimento desse evento. O jogo dos sonhos, como é caracterizado pelo coordenador geral recebe a parceria do Ministério do Esporte, que por meio dos vários técnicos assessoram a elaboração do projeto e a organização da realização deste grande evento para as comunidades indígenas. Ocorre que há que se refletir acerca da sobrevivência dos jogos frente as mudanças de gestão, ficando a ressalva de que os povos indígenas são os grandes responsáveis pela realização deste evento e apoio do Ministério Esporte é determinante para a garantia de realização.

O sonho do encontro dos povos com intercâmbio cultural e intercultural está se realizando e os limites e possibilidades desse processo foi destacado nesse momento, acrescentando a ideia de se envolver outros povos na realização e participação desse grande evento. De acordo com o coordenador geral dos jogos "... há que se envolver outros povos, ver as pinturas diferentes, a plumagem diferente, ... o índio está ficando diferente. A televisão enfraquece a cultura, o jovem tem vergonha de manter a cultura e os jogos são importantes para que o jovem veja a importância da língua e da cultura".

A participação indígena na discussão dos jogos, do esporte e lazer trouxe algumas reflexões quanto a importância destes para as comunidades e jovens, visto que os jogos transformam o povo, trazendo maior qualidade de vida, podendo contribuir para evitar o alcoolismo e o envolvimento com drogas. Os indígenas solicitaram uma política pública que implantasse ações de esporte e lazer nas aldeias, com professores qualificados e ainda que as lideranças indígenas sejam preparadas para assumir os jogos, entender como o esporte não indígena está presente na atualidade nas comunidades indígenas, em especial

o futebol, sendo questionado o valor da competição nesta modalidade. Os indígenas que participaram desse momento destacaram o desejo de conhecer e aprender para assim defender o seu povo.

Com o tema Direito Indígena – Identidade, Cultura e Educação, a terceira mesa se desenvolveu, sob a coordenação de Cristine Maxakali, tendo como conferencistas uma representante do Ministério da Educação e uma do Ministério da Cultura e como comentarista uma representante da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins.

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, busca promover a educação escolar indígena, inovando o sistema de ensino com a possibilidade do ensino intercultural, específico e diferenciado. A busca pelo respeito a diversidade socio-cultural é um dos grandes desafios das políticas públicas, compreendendo diversidade como um recurso enriquecedor. A interculturalidade na educação e na comunicação pode contribuir para políticas pluriculturais e plurilíngues, agregando o valor social da diversidade entendida como patrimônio da nação

A busca do Ministério da Educação é pela autonomia pedagógica das escolas indígenas, local onde as línguas indígenas são tratadas como línguas de conhecimento, na compreensão ampla de educação escolar própria a cada realidade sociocultural, e mais ainda reconhecendo a distinção entre educação indígena e educação escolar indígena.

Os indígenas trazem a dificuldade quanto á relação estabelecida com os órgãos responsáveis pala gestão da educação e a nível Estadual questionam a necessidade de se ter um indígena como coordenador de assuntos educacionais, observando que no Tocantins já existem pessoas capacitadas para tal função.

Já o Ministério da Cultura, destaca que vem trabalhando por meio da Secretaria de Diversidade e Identidade Cultural no sentido de desenvolver ações transversais, tanto no âmbito governamental, quanto por meio de diálogos

diretos com a sociedade civil, promovendo a interlocução com setores culturais, notadamente, desprovidos de políticas públicas e/ou onde o braço do Estado não lhes alcança. Neste sentido, instituiu em 2005, o Grupo de Trabalho para Identificar Políticas Públicas para a Cultura Indígena, com a finalidade de indicar políticas públicas para a cultura indígena, em parceria com os povos indígenas, através de uma metodologia de atuação que contemple efetivamente a interlocução com representações.

Dentre a promoção de Campanhas que visam à valorização da Cultura Indígena, oferta de Oficinas para Elaboração de Projetos voltados para Lideranças Indígenas, realização de Encontro entre Povos, esta o Ponto de Cultura – uma ação do Programa Mais Cultura, que tem o objetivo de preservar, valorizar e fortalecer a identidade cultural das comunidades indígenas; utilizando dentre outras ferramentas, as novas tecnologias da comunicação digital.

O tema Economia Verde e Sustentabilidade Indígena foi abordado por Marcos Terena e Fernanda Kaingang, que abordaram a realização do evento Rio+20. Foi esclarecido que tudo começou na Rio 92, podendo verificar entre os participantes quem esteve presente no evento realizado a 20 anos atrás, sendo que o objetivo agora na RIO + 20 é verificar o que mudou nesse período com relação ao meio ambiente, ressaltando que hoje tem muita destruição causada pelo crescimento urbano (do branco destruindo a natureza), a poluição do ar, os venenos agrícolas, alto índice de câncer, necessitando o não indígena estabelecer um olhar para as plantas, pois nelas estão as possibilidades para a elaboração de medicamentos que podem curar as doenças do mundo atual.

A participação indígena é muito importante, visto que são 240 povos, ou seja, 240 sabedorias. Estes espaços de discussão devem ter a participação dos indígenas, para que todos possam conhecer sua sabedoria e os indígenas possam também conhecer a sabedoria do não indígena. Neste processo se faz necessário que os indígenas busquem as universidades, estudando, pesquisando,

aprendendo outras línguas, nunca esquecendo o respeito pelos anciãos e o cuidado para com as crianças.

O indígena deve compreender como pode participar efetivamente desse evento que se discute a economia verde, em que se fala do meio ambiente e para que haja esse protagonismo é importante que o indígena entenda que esse interesse deve ser seu: cuidar da terra, do lugar onde vivem, é interesse das comunidades indígenas. Desta forma há que se buscar saber como vai funcionar as pautas, discutir a economia verde na visão do indígena ou do não indígena e afinal, o que é a economia verde?

Os povos indígenas não tem representação nos segmentos de discussão da Rio +20, daí a necessidade de se reconhecer o significado do que é economia verde para saber promovê-la. E assim caminham, os indígenas, rumo a defesa dos seus territórios e conhecimentos, estudando o conhecimento do não indígena para defender os seus.

O indígena contemporâneo deve lutar pela de segurança jurídica de suas posses, e isso inclui seus conhecimentos e fórmulas, que ao saírem da aldeia já não fazem mais parte dela, tornam-se domínio público. A Rio +20 está incentivando os representantes indígenas a estudarem as pautas a serem discutidas, a buscarem o conhecimento do inglês e do espanhol, pois não querem ir só para desfilar cocar e sim para participar efetivamente do evento.

Considerações finais

O esporte e o lazer como espaço de educação popular, de incentivo ao protagonismo na busca das lutas das minorias sociais e do senso de pertencimento. Os Jogos dos Povos Indígenas instigam a comunidade indígena e não indígena a reconhecerem e discutirem as causas que envolvem as etnias brasileiras, promovendo a diversidade. A busca pelo diálogo entre comunidade e os diversos setores da gestão pública, fomentam uma ideia de política pública intersetorial.

A realização do Fórum Social Indígena fortalece um espaço de conversa acerca de ações e programas do Governo Federal, das mais diferentes áreas, que tenham como intento maior fomentar o desenvolvimento social e humano nas comunidades indígenas.

Apesar dos avanços, muitos são os desafios a serem superados, especialmente por aqueles que tratam do fazer público (gestores). Considerar questões como extensão territorial, densidade demográfica, diversidade cultural, entendimento com relação ao lazer, conhecimentos administrativos e legais, além de infraestrutura e orçamento, é de fundamental importância, visto as especificidades do público alvo a ser beneficiado, objetivando a implantação de uma política verdadeiramente inclusiva, que cumpra com os desígnios legais, necessários a gestão do recurso público.

Os povos indígenas após anos de buscas por parcerias veem esta possibilidade consolidando, podendo ser comprovado esse avanço em 2012, quando os frutos desta relação e dos avanços trazidos pelos Jogos dos Povos Indígenas. A experiência da implantação de três núcleos pilotos do Programa Esporte e Lazer da Cidade Indígena (Xavante, Terena e Wai Wai), possibilitou o Ministério do Esporte a assumir outros desafios visando à ampliação do acesso ao esporte e ao lazer, enquanto direito social. O PELC, como é chamado, é um programa que visa ampliar, democratizar e universalizar o acesso ao esporte recreativo e de lazer, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social. Ao garantir o investimento na contratação de recursos humanos, compra de material, promoção de atividades sistemáticas e assistemáticas, além da formação de agentes sociais, os PELC's Indígenas poderão oportunizar as etnias beneficiadas, o resgate e a valorização das práticas tradicionais indígenas como: corridas, cabo de guerra, canoagem, arco e flecha, brincadeiras no rio e atividades culturais; como também as etnias que assim desejarem a vivência de esportes não tradicionais como o vôlei e o futebol.

Neste sentido, aponta-se como desafio para o poder público a efetivação em maior escala, de ações sistemáticas que garantam de forma eficaz o direito ao esporte e ao lazer às comunidades indígenas no Brasil. Faz-se necessário e urgente a promoção de espaços qualificados para o diálogo, entre gestores e representantes indígenas de diferentes etnias, a exemplo do Fórum Indígena mencionado, com vistas a garantir o reconhecimento e respeito aos seus direitos pelo Estado e pela sociedade civil. Este processo é educativa visto que promove a formação de quadros indígenas, ou seja, o fomento ao surgimento de novas lideranças, para que possam opinar discutir e decidir o futuro das próximas gerações.

REFERÊNCIAS

- DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. Campinas-SP. Autores Associados, 2006.
- FUKS, Mario. **Arenas de ação e debate públicos**: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Serzedello Corrêa, 1998.
- KINGDON, John W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 2 ed. Nova York, Harper Collins College Publishers, 1995.
- KINGDON, John. Como chega a hora de uma ideia? In.: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006.
- PINTOS, Leila. **Brincar, Jogar, Viver**: IX Jogos dos Povos Indígenas. Brasília, Gráfica e Editora Ideal, 2011.
- ROCHA FERREIRA, M. B. Jogos dos povos indígenas: tradição e mudança. **Rev. Educ. Fís. Esp**, São Paulo, v. 20, Suplemento n. 5, 2006.

TERENA, M. O brincar, jogar e viver indígena: os jogos para o Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena. In.: PINTO, L.M.S.M.; GRANDO, B. S (Org.). **Brincar, jogar, viver: IX Jogos dos Povos Indígenas**. Cuiabá: Central de Texto, 2009.

TERENA, C.J. O importante não é ganhar, mas celebrar. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, 2007.

APORTES FINAIS

Maria Beatriz Rocha Ferreira e Marina Vinha

Agradecemos ao Ministério do Esporte, ao Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, à Universidade Federal da Grande Dourados e a todos os autores que se dedicaram para a elaboração deste livro **CELEBRANDO OS JOGOS, A MEMÓRIA E A IDENTIDADE: XI Jogos dos Povos Indígenas – Porto Nacional – Tocantins**, 2011.

As pesquisas textuais e imagéticas dos autores contribuíram para que esta obra se tornasse realidade. O livro retrata mais uma etapa do processo de consolidação da política pública de esporte e lazer, o exercício dos direitos indígenas reconhecidos pela Constituição Federal Brasileira de 1988, o protagonismo indígena e as ações dos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

As vozes dos líderes indígenas Marcos e Carlos Terena, dos representantes dos povos indígenas participantes refletem uma retomada e a autodeterminação desses povos, no processo de revitalização das culturas e de resistência aos processos de dizimação cultural. A linguagem corporal representada pelas práticas corporais – jogos, danças, rituais, o artesanato e as discussões no fórum social – estabelecem diálogos entre o conhecimento ancestral ainda presente na atualidade, o conhecimento técnico-científico, o governo e a sociedade civil.

Os legados dos XI Jogos dos Povos Indígenas – Porto Nacional – Tocantins, 2011, associados às outras edições, são imensuráveis!